

Qual é o lugar da esquerda no Brasil hoje?

De Vinícius Mendes

Às vésperas das eleições presidenciais de 2026, a esquerda partidária brasileira volta a enfrentar uma pergunta incômoda, mas incontornável: onde ela se encontra hoje e que tipo de futuro político consegue oferecer? Desde 2018, o campo progressista parece preso a um dilema recorrente — vencer eleições sobretudo como força de contenção, reunindo alianças amplas contra a extrema direita, mas com dificuldades crescentes para apresentar um projeto próprio, renovado e mobilizador.

Este artigo parte da tese de que a crise atual da esquerda partidária brasileira não é apenas eleitoral, nem se resume à escolha de candidaturas. Trata-se de uma crise estratégica, marcada por forte dependência da figura de Lula, pela ausência de alternativas consolidadas e pela dificuldade de traduzir temas centrais — como segurança pública, renovação política e justiça social — em propostas convincentes para amplos setores da sociedade.

Nesse contexto, a pergunta “Wo steht die Linke?” não diz respeito apenas à próxima eleição, mas ao lugar que a esquerda ocupa — ou deixou de ocupar — na disputa por futuro, sentido e direção política no Brasil.

Uma esquerda excessivamente defensiva

Para entender esse impasse, é preciso reconhecer que a esquerda brasileira atravessou, entre 2013 e 2022, um período de forte retração política. Diante de sucessivas crises institucionais, do avanço da extrema direita e de ataques diretos à democracia, o campo progressista passou a atuar, em grande medida, a partir de uma lógica de defesa permanente.

Essa postura — aqui entendida como um conservadorismo defensivo — não significa adesão ideológica ao status quo, mas uma prática política orientada prioritariamente à preservação da democracia burguesa existente e de conquistas sociais ameaçadas. Governar, disputar eleições e mobilizar apoios passou a significar, antes de tudo, impedir retrocessos maiores.

O problema é que essa lógica, embora compreensível em contextos de emergência, cobra um preço alto. Ao concentrar suas energias na contenção do pior, a esquerda perdeu capacidade de formular horizontes de futuro, disputar o imaginário social e apresentar projetos capazes de gerar esperança e identificação positiva. Como apontou o filósofo Vladimir Safatle ao analisar os recentes resultados eleitorais municipais, a esquerda passou a reagir mais do que pautar, deixando que seus adversários definam os termos centrais do debate político.

Esse deslocamento ajuda a explicar por que, mesmo após derrotar o bolsonarismo nas urnas, a esquerda segue enfrentando dificuldades para transformar vitórias eleitorais em iniciativa política duradoura. O desafio que se coloca para 2026, portanto, não é apenas vencer novamente, mas superar a armadilha de uma política reduzida à defesa.

O PT não é a esquerda — mas concentra seu eixo de gravidade

A esquerda brasileira não se reduz a um único partido. Ela é plural, atravessada por diferentes tradições políticas e experiências sociais. Ainda assim, é inegável que o Partido dos Trabalhadores

ocupa hoje o papel de principal eixo de gravidade do campo progressista, sobretudo em função da centralidade política e eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula segue sendo a liderança com maior capacidade de mobilização popular e viabilidade nacional. Esse peso garante competitividade à esquerda em disputas presidenciais, mas também produz um efeito colateral importante: a cristalização de uma lógica de dependência, que dificulta a construção de alternativas autônomas e a renovação estratégica do campo progressista.

Em tese, partidos como o PSOL poderiam desempenhar um papel central nesse processo. O PSOL reúne quadros jovens, forte inserção em movimentos sociais e maior abertura a agendas contemporâneas. Nomes como Guilherme Boulos, Erika Hilton e Sâmia Bomfim são frequentemente citados como possíveis apostas de renovação. No entanto, todos enfrentam limites claros de projeção nacional e dificuldades para ultrapassar bolhas políticas e construir maiorias eleitorais amplas.

O próprio caso de Boulos é ilustrativo desse impasse. Frequentemente apontado como alternativa, ele acabou sendo incorporado ao governo Lula, abrindo mão — ao menos no curto prazo — de uma candidatura presidencial autônoma. Mais do que uma decisão individual, isso revela um padrão estrutural: potenciais alternativas tendem a ser absorvidas pelo centro de gravidade do lulismo antes de se consolidarem como projetos próprios.

Esse bloqueio não se manifesta apenas na disputa por nomes, mas também na formulação e na comunicação de políticas públicas. Em áreas centrais como a segurança pública, por exemplo, a esquerda dispõe de diagnósticos consistentes e propostas complexas, que articulam prevenção social, reforma institucional e controle democrático da violência. O problema não é ausência de projeto, mas dificuldade de traduzir essa complexidade em narrativas politicamente eficazes, capazes de disputar o senso comum com respostas simples e emocionalmente mobilizadoras da direita.

Assim, a crise atual da esquerda não é apenas de liderança, mas de estrutura política e comunicativa. Há quadros, ideias e capital simbólico, mas faltam condições estratégicas para transformá-los em alternativas nacionais viáveis. Enquanto essa dinâmica persistir, a esquerda seguirá dependente de soluções de curto prazo e com margem reduzida de experimentação eleitoral.

Se quiser disputar hegemonia novamente, a esquerda precisará enfrentar a segurança pública não apenas como campo técnico ou normativo, mas como tema central de comunicação política, capaz de combinar rigor, clareza e empatia com a experiência cotidiana da população.

A direita: menos caos do que parece

É nesse vazio entre formulação política e comunicação pública que a direita tem conseguido avançar. A dificuldade da esquerda em comunicar propostas complexas — como no caso da segurança pública — ajuda a explicar por que a direita tem conseguido ocupar, com relativa facilidade, espaços centrais do debate político. Esse movimento não é apenas resultado de discursos mais simples ou agressivos, mas de uma capacidade estratégica de organização, que vai além da escolha imediata de uma candidatura presidencial.

À primeira vista, a direita brasileira parece fragmentada, dividida entre diferentes lideranças e projetos. No entanto, essa fragmentação pode ser lida como distribuição de funções, e não como desordem. Em vez de apostar em um único nome, o campo conservador opera com múltiplos cenários em aberto, testando candidaturas, alianças e narrativas conforme o contexto eleitoral evolui.

Nesse sentido, uma eventual candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, aparece com frequência como eixo de articulação. Inelegível, Jair Bolsonaro segue influente por vias indiretas. Uma tese recorrente entre analistas é que Flávio Bolsonaro atuaria como organizador desse processo, negociando alianças e preparando o terreno para garantir a continuidade do capital político da família. Nesse cenário, a projeção de Michelle Bolsonaro como possível vice em uma chapa encabeçada por Tarcísio surge como hipótese plausível — capaz de manter mobilizada a base bolsonarista, especialmente entre setores evangélicos, sem expor diretamente o ex-presidente.

Paralelamente, outros nomes permanecem em circulação no campo da direita como reservas estratégicas, capazes de entrar no jogo conforme o cenário eleitoral se redefine. Entre eles estão governadores com alta visibilidade regional e perfil nacionalizável, como Ratinho Junior, Romeu Zema e Ronaldo Caiado. Cada um representa um recorte distinto do eleitorado conservador — do liberalismo empresarial ao agronegócio e ao conservadorismo tradicional — e funciona como alternativa viável caso outras articulações não se consolidem.

Esse movimento ocorre, ainda, em um cenário internacional mais favorável à direita do que em 2018. O fortalecimento global de forças conservadoras e autoritárias — simbolizado pela reemergência de figuras como Donald Trump — contribui para normalizar discursos reacionários e reforçar conexões transnacionais. A extrema direita brasileira já não atua isoladamente, mas inserida em um ambiente político global que lhe é mais receptivo.

Assim, o relativo sucesso da direita não se explica apenas pelo conteúdo de suas propostas, mas por sua capacidade de ocupar vazios deixados pela dificuldade da esquerda em comunicar projetos complexos e disputar o imaginário social. Enquanto esse desequilíbrio persistir, a direita seguirá parecendo mais organizada — mesmo quando opera a partir de contradições profundas.

Ainda dá para ser de esquerda e vencer?

Apesar de todos os limites aqui apontados, o cenário que se desenha para 2026 não é exclusivamente negativo para a esquerda brasileira. As pesquisas de opinião indicam de forma consistente que Luiz Inácio Lula da Silva venceria seus principais adversários em praticamente todos os cenários testados. Esse dado não deve ser lido apenas como expressão da força pessoal de Lula, mas também como um sinal político relevante da sociedade brasileira.

Mesmo em um contexto de cansaço, fragmentação e crise de representação, há um elemento claro de rejeição social à volta de um projeto explicitamente autoritário. A experiência recente do bolsonarismo deixou marcas profundas, e uma parcela significativa da população parece disposta a apoiar alternativas que, ainda que imperfeitas, representem estabilidade democrática, previsibilidade institucional e algum compromisso com direitos sociais. Nesse sentido, a vantagem de Lula nas pesquisas revela menos um entusiasmo renovado e mais um limite social ao avanço autoritário.

Esse dado abre uma fresta importante. Ainda que um ciclo consistente de renovação política à esquerda não esteja próximo de se concretizar, existe um tempo político ganho — um espaço no qual é possível pensar estratégia, formar quadros, disputar narrativas e reconstruir vínculos sociais. A ameaça autoritária segue presente, mas já não opera no mesmo terreno de 2018, quando encontrou uma sociedade menos consciente de seus riscos.

O desafio central da esquerda, portanto, não é apenas evitar retrocessos imediatos, mas transformar essa rejeição ao autoritarismo em base para um projeto positivo de futuro. Se conseguir usar esse período não apenas para governar defensivamente, mas para investir em renovação, comunicação e construção de maiorias sociais e parlamentares, a esquerda poderá voltar a ser percebida não só como barreira contra o pior, mas como força capaz de apontar caminhos desejáveis.

A pergunta “Wo steht die Linke?” permanece em aberto. Mas o fato de que o autoritarismo encontra hoje mais resistência social do que há alguns anos indica que, mesmo em meio a impasses, o campo progressista ainda dispõe de condições políticas para se reinventar — se souber aproveitar o tempo que lhe foi concedido.